
ICANN84 | Assembleia Geral Anual – Encontro conjunto: GAC e GNSO
Domingo, 26 de outubro de 2025 – 15h às 16h IST

JULIA CHARVOLEN

Bem-vindos à Reunião com o Conselho da GNSO. Esta sessão está sendo gravada e é regida pelos Padrões Esperados de Comportamento da ICANN, o Código de Conduta da Comunidade e a Política Antiassédio.

Durante a sessão, perguntas e comentários só serão lidos se tiverem corretamente escritas no Zoom. Teremos interpretações de seis idiomas da ONU e português.

Se quiser falar, levante a mão na sala do Zoom, diga o seu nome e o idioma, que vai falar, se não for inglês. E fale devagar para uma boa interpretação. Eu passo a palavra para o Marco.

MARCO HOGEWONING

Muito obrigado. Bem-vindos à Reunião do GAC com o Conselho da GNSO. Podemos, então, começar com a apresentação aqui na mesa, ou esperar que o Nico venha.

Observação: O conteúdo deste documento é produto resultante da transcrição de um arquivo de áudio para um arquivo de texto. Ainda levando em conta que a transcrição é fiel ao áudio na sua maior proporção, em alguns casos pode estar incompleta ou inexata por falta de fidelidade do áudio, bem como pode ter sido corrigida gramaticalmente para melhorar a qualidade e compreensão do texto. Esta transcrição é proporcionada como material adicional ao arquivo de áudio, mas não deve ser considerada como registro oficial.

PAUL MCGRADY	Eu sou o Paul McGrady. Eu sou indicado do NomCom da Câmara das Partes Contratadas por dois ou três dias. Vou falar do Pequeno Grupo de Acurácia.
SEBASTIEN DUCOS	Eu sou o Sebastien Ducos. Eu sou contato da GNSO com o GAC e vou falar sobre RDRS.
TOMSLIN SAMME-NLAR	Eu sou dos copresidentes da GNSO, com o Nacho.
JENNIFER CHUNG	Eu sou uma das membras do Conselho do Grupo de Partes Interessadas de Registros. E vamos falar sobre o uso indevido do DNS.
THOMAS RICKERT	Sou Thomas Rickert. Sou um dos conselheiros da GNSO para um dos assuntos do ISP. E sou coordenador dos dados do RSPCP.
MARCO HOGEWONING	Sou representante dos Países Baixos. Sou Marcos. Temos muitos assuntos a tratar. Vou passar a palavra para os representantes da GNSO.

TOMSLIN SAMME-NLAR

Obrigado, Marco. Estamos muito contentes por ter essa Reunião Bilateral que celebramos em todas as reuniões da ICANN com o GAC. Temos algumas perguntas, que queremos analisar hoje e temos algumas respostas também prontas, bem como algumas perguntas para conversar com vocês. Antes de passar para as perguntas, eu quero pedir para meu copresidente, que diga se tem algo a comentar.

NACHO AMADOZ

Obrigado pela oportunidade de estar aqui. Não tenho nada a adicionar. Vamos começar com a apresentação para passar a informação correspondente ao GAC.

TOMSLIN SAMME-NLAR

Bom, muito bem. Então, vamos responder as perguntas, que recebemos do GAC. A primeira pergunta na tela, estamos vendo, tem a ver com RDRS, e acho que Sebastien será quem aborde, quem trate essa pergunta.

SEBASTIEN DUCOS

Estou aqui agora também como presidente do Comitê Permanente do RDRS e nos enviaram essas perguntas sobre o RDRS faz algumas semanas. Foi fechado o Período de Comentário Público. E nessa semana estamos fazendo uma revisão dos comentários recebidos, incluídos os de vocês. Acho que há 15 ou 17 que recebemos. E recebemos basicamente comentários de toda a comunidade, então quero agradecer por isso.

Como dissemos antes, esse também é um grupo, no qual houve uma participação ativa através de Gabriel Andrews, do PSWG, que foi extremamente eficiente. E agradecemos a ele por essa participação, valorizamos muito a sua participação. Tomamos em conta seus comentários. Supostamente temos quatro sessões diferentes nessa semana, para ver os comentários. E é para mim um prazer dizer que pudemos ver todos os comentários ontem, depois de duas sessões.

O novo documento está sendo passado dentro do Comitê Permanente. E acordamos fazer uma segunda rodada de consenso, que esperamos aconteça na próxima semana. Não houve nenhuma mudança, nenhuma modificação muito grande, significativa, do documento. A maior parte dos documentos, de fato, surgem de conversas que tivemos durante as sessões. Ontem falamos muito, sim, é verdade, sobre manter junto o RDRS.

Há uma parte da comunidade, que não via que fosse utilizado muito, como para justificar o custo de mantê-lo. Se ainda não tinha sido desenvolvido, ou usado mais. Mas todos estivemos de acordo em que a recomendação inicial seria a de mantê-lo operando, como até agora. Não vou ver toda a lista de recomendações, poderemos conversar depois fora dessa reunião.

O relatório está aberto ao público, lá tem a informação. Depois dessa convocação do consenso, isso vai voltar ao Conselho da GNSEO. E vamos tomar isso em consideração nas nossas reuniões com o *Board*, para ver como vamos continuar. Se tivesse uma bola

de cristal para ver o futuro, poderia dizer que, em termos gerais, será uma ferramenta que se desenvolveu e vai se manter pelo momento. E podemos, então, no caminho que vamos utilizar com o *Board*, para tomar uma decisão sobre a resolução.

Não sei com que formato faremos, se será um grupo reduzido ou um PDP pleno, ou haverá outro grupo, outra política e outro tipo de exercício. Mas não quero me adiantar, garantindo de que vai tratar esse grupo. Porque ele vai ter todo o espaço necessário para desenvolver o que for necessário desenvolver. E é isso que eu posso dizer.

Vão ver que já foi anunciado que no final da semana, na sessão da Diretoria, vai se realizar uma votação para dar continuidade ao orçamento do RDRS. Porque temos um orçamento para mantê-lo até novembro. Eu entendo que também vão anunciar nesse momento, que vai haver uma análise de *gaps* ou brechas, que solicitaram fazer ao pessoal. Não sei se vocês já falaram com eles ou vai ser falado aqui. Mas é algo que vão apresentar.

Vai haver um documento aberto a Comentário Público, então encorajo todos vocês a participarem. Realmente vai ser muito útil para a nossa tarefa de rever a política em poucos meses. Isso é tudo, a não ser que haja perguntas.

NICOLÁS CABALLERO, Obrigado, Sebastien. Vamos ver se há perguntas ou comentários.
PRESIDENTE DO GAC Não estou vendo nenhuma mão levantada. Tem alguém que queira

fazer algum comentário? Muito bem, não tendo comentários, não sei se é Tomslin ou Thomas. Tomslin.

TOMSLIN SAMME-NLAR

Obrigado, Nico.

NICOLÁS CABALLERO, A Comissão Europeia pediu a palavra.
PRESIDENTE DO GAC

GEMMA CAROLILLO

Queria aproveitar para agradecer a GNSO pelo relatório. E entendemos que há diversas opiniões na comunidade e que tivemos a oportunidade de ver os Comentários Públicos. Terão visto a apresentação do GAC, que é congruente com o que nós tínhamos exposto antes no que diz respeito à importância que tem para o GAC, que assim que possível se chegue a ter uma ferramenta estável.

Pensamos que o RDRS pode ser essa ferramenta. E demos a esse piloto a nossa confiança, fé. E acho que se fez toda a difusão necessária, com as partes interessadas, organismos de aplicação da lei, para encorajar o seu uso. Mas se não ficar claro logo o que vai acontecer com o RDRS, ninguém vai investir mais tempo nem esforços nessa ferramenta.

Vocês vão ver que haverá mais registradores que saiam, que deixem de utilizá-lo e de apresentar solicitações. Não quer dizer

que não haja interesse, mas há melhorias que poderiam ser feitas sem esperar achar a solução perfeita.

Todo o sistema pode ser melhorado e pensamos que uma atualização poderia aumentar a confiança.

SEBASTIEN DUCOS

Aqui está falando, quem esteve trabalhando com isso nos últimos quatro anos. Eu dediquei muito tempo a esse assunto, a esse tópico. E eu adoraria que isso se falasse assim com a Diretoria também, o tema do financiamento. Acho que é isso que vai acontecer, vai se manter, mas haverá uma conversa sobre como e quando será feito e com que prioridade.

Até acharmos uma solução mais definitiva, todos estão considerando, que continuem utilizando esse sistema. E eu me lembrei, de repente, com relação a essa redução no uso, nós vimos isso entre registradores, alguns foram embora. E um dos grandes fatores também foi esse da comunidade, que faz os pedidos.

Bom, essa ferramenta vai precisar de mais marketing, conscientização. E eu concordo em que é muito difícil gerar essa conscientização até ter algo definitivo. Entendemos isso e consideramos, em algum momento, vamos ter que reiniciar todo esse esforço que fizemos, mas é o esforço que temos que continuar tendo. Obrigado.

NICOLÁS CABALLERO, Obrigado, Sebastien. Antes de passar a palavra para mais alguém, PRESIDENTE DO GAC há comentários? Sim, a Índia.

SUSHIL PAL Obrigado, Nico. Acho que o motivo argumentado por Sebastien também é o motivo, que explica por que ficou lá num cantinho. No início, o RDRS tinha muita atividade intensa com o piloto. E agora chegou nesse estado, está basicamente numa prateleira.

Temos alguma alternativa ou simplesmente não se importam? E temos que dizer, que não é importante compartilhar dados. Seria essa a solução? Porque eu apoio o que o senhor disse. Precisamos de melhorias mais encaminhadas, inclusive no último Comunicado do GAC, acho que houve consenso claro, pelo menos aqui no GAC, de que teria que ser de uso obrigatório. E pedir aos ccTLDs, que se unam de forma voluntária. De forma contrária, isso obriga os países a utilizarem seu próprio mecanismo bilateral, se não temos os ccTLDs. Seria perda de esforço e energia.

SEBASTIEN DUCOS Eu vou ser diplomático e vou falar sobre essa participação obrigatória. Um dos principais problemas, que se deu é que já existe a obrigação, através dos contratos dos registradores, de oferecer um processo para receber pedidos de informação e fazer todo o processo para revisar esses pedidos e decidir se é divulgada a informação ou não.

Alguns operadores já estão operando, faz anos, com sistemas que para eles são muito mais eficientes, e se correspondem melhor com seu negócio, mais do que o RDRS. Então, o que está sendo feito é ter esses dois sistemas juntos. Podem ser desenvolvidas APIs. Essa é uma solução proposta. Os sistemas são muito diferentes, às vezes. Então, o que eu propus como recomendação é que o RDRS seja o ponto de entrada central.

E se um operador tiver um sistema que for equivalente ou melhor, utilizaremos o RDRS para redirecionar de forma fluente esse pedido para o sistema. Temos que estar de acordo na evolução de algumas estatísticas. Mas do ponto de vista de quem faz isso, essa é uma transição fluente. Não tem que ir para outro lugar.

De forma contrária, vamos estar cinco anos e vamos dizer que tenho essas obrigações contratuais e vocês estão me pedindo, que eu faça o dobro das tarefas. Bom, temos que ver que aqueles que pedem a informação, tenham um caminho bastante mais fácil para receber o que estão pedindo.

E não podemos sobrecarregar o registrador para além do necessário. Para os ccTLDs, sim, também existe uma recomendação, que foi discutida no grupo, acho que estamos abertos a isso. Vai precisar de maior desenvolvimento por questões técnicas, porque a comunidade do CCE usa o RDAP, que é o padrão na comunidade dos ccTLDs.

Então, esperamos ansiosamente discutir isso com vocês e com a ccNSO e para encorajar a que utilizem isso. Mas isso pode ser feito só de forma voluntária e não com um contrato da ICANN.

SUSHIL PAL

Desculpe, Nico. Inclusive, o RDRS vai estar baseado em mecanismos de API. Não há outro jeito. Acho que pode haver uma única API, que se conecte, que se vincule com o...

Se a ICANN pensa que está no negócio de monitorar os registradores, acho que... eu não penso, eu não acho, não acredito que o software do RDRS seja tão oneroso ou que insune muitos recursos. Eu não acredito. O desafio é aproveitar a experiência dos registradores, que implementaram isso com sucesso. Podemos aplicar isso.

SEBASTIEN DUCOS

Eu vou... essa decisão não é minha, mas, de qualquer forma...

NICOLÁS CABALLERO,
PRESIDENTE DO GAC

Eu gostaria de acrescentar, usar código aberto. Eu sou só o presidente do GAC, mas a minha opinião é irrelevante. A de vocês é a que importa. Eu acho que o software aberto seria o melhor. Eu sei que as empresas vão me matar por causa disso. Temos agora Estados Unidos e depois, Países Baixos.

OWEN FLETCHER

Olá, eu sou Owen Fletcher. Eu sou vice-representante dos Estados Unidos. Devemos ter um mecanismo centralizado para facilitar as solicitações, para termos esse mecanismo, que seja útil para quem solicita por propósitos legítimos, como as forças à lei.

NICOLÁS CABALLERO, Holanda.
PRESIDENTE DO GAC

MARCO HOGEWONING

Eu agradeço o tempo de resposta. Eu estou ficando meio confuso. E o problema é de política ou de padrões internos interoperáveis? É isso que está acontecendo? Será que é uma falta de padrão?

NICOLÁS CABALLERO, Muito obrigado. Eu acho que é uma questão de ambos. Tomslin,
PRESIDENTE DO GAC desculpe fazê-lo esperar. Sebastien, você quer falar alguma coisa?

SEBASTIEN DUCOS

Não, você está certo. Isso foi uma parte da discussão. Alguns grupos sugeriram manter dois padrões, que o mercado desenvolvesse a ferramenta e não, o da ICANN.

É a parte da discussão. Será que a ICANN deve desenvolver alguma coisa ou isso deve ser terceirizado? Isso está fora do mandato da nossa discussão. Isso depende da Diretoria. A ICANN Org deve tomar essa decisão.

NICOLÁS CABALLERO, Uma coisa. Imagina se o protocolo de TCPIP fosse patenteado, ou
PRESIDENTE DO GAC BGP, RPKI. Será que teríamos a internet, que temos hoje? É por isso
que eu insisto na solução de código aberto para evitar problemas
de lock-in. Tomslin.

TOMSLIN SAMME-NLAR Muito obrigado, Nico. Obrigado pelas perguntas. Quando as
recomendações ou achados do relatório chegarem ao Conselho,
nós vamos analisar. Outra pergunta foi sobre solicitações urgentes
e autenticação das forças da lei.

THOMAS RICKERT Agradeço por nos receberem. Obrigado pela resposta do IRT.
Quanto a solicitações urgentes, eu vou falar de três itens.

Dois itens que vocês perguntaram, o cronograma, a autenticação.
E nós agregamos um terceiro ponto, o IRT e a mesma discussão de
políticas, que temos em relação ao RDRS.

Quanto ao cronograma de solicitação ou prazo para solicitação
urgente, eu gostaria de agradecer ao GAC por seu trabalho no IRT.
Nós temos agora um artigo, que foi postado para Comentário
Público. Então, foi decidido, que o prazo de 24 horas para
responder, com a possibilidade de até 72 horas. Quanto à
autenticação, vocês perguntaram se é necessário elaborar
políticas sobre isso.

Nós tivemos no IRT, tivemos dois pontos de discussão. Um é sobre o prazo e sobre a autenticação das forças da lei. A implementação e a demarcação é uma questão histórica da GNSO, que deve ser tratada de forma diligente.

As partes contratadas, se algo é política, isso é vinculante para as partes contratadas. Então, o prazo é uma questão de implementação. Então, não é uma questão de ser uma política ou implementação. Quanto à autenticação, não há uma recomendação do EPDP da Fase 1.

Então, no Período de Comentários Públicos, nós perguntamos à comunidade, se é necessária uma política. Nós temos que ver com o Conselho da GNSO, de como avançar isso.

Eu gostaria de reiterar que o Período de Comentários Públicos sobre o artigo de Solicitações Urgentes, peço que contribuam. Porque está aberto até o dia 15 de dezembro. E também se a autenticação precisa de elaboração de política ou não.

Quanto à jurisdição, então essas questões devem ser relacionadas à jurisdição. O IRT redigiu o texto dizendo, que a consideração de uma solicitação de informações na seção 10.4, pode incluir fatores além da fundamentação e a base de solicitação.

E deve os registradores e registros, os operadores... Na verdade, essa questão é muito complicada. Vou dizer, se a autoridade da lei está na mesma jurisdição da parte contratada, do registro ou

registrador, a avaliação da solicitação de revelação não é complexa.

Mas se as partes estão em jurisdições diferentes, isso vale tanto para solicitações urgentes como não urgentes. O artigo do Conselho de Proteção de Dados da Europa reconhece que há outras jurisdições, outras legislações a levar em consideração.

E há uma orientação, que é bastante recente. E nesse artigo é bastante ilustrativo e ajuda a entender. Então, quando há um acordo internacional, nesse acordo internacional, há um tratado que determina qual é a relação entre a parte contratada e a legislação. No artigo 461 do GDPR, o que diz é que é necessária uma avaliação caso a caso.

Quando forças da lei solicitarem a revelação de dados e forem, não da União Europeia, é necessário um protocolo adicional à Convenção de Cibercrimes, de acordo com a Convenção de Budapeste.

Bom, nós estamos trabalhando num ambiente global. As partes contratadas podem ou não estar sujeitas a esses tratados internacionais. E cada parte contratada deve determinar o risco de revelação e as responsabilidades à legislação, incluindo direitos humanos. É importante esclarecer que a não revelação não é uma questão de o sistema não funcionar ou das partes contratadas não quererem ajudar. Mas, em alguns casos, essa solicitação é ilegal.

Além disso, há outras complexidades. Então, uma das razões dessa baixa taxa de revelações é explicada por limitações jurisdicionais.

O GAC e o PSWG podem ter um papel importante nessas situações de solicitações transfronteiras. Nós recomendamos que o GAC convide membros do IRT e outras partes para discussão de questões jurisdicionais e as limitações de revelação para as forças da lei das partes contratadas.

NICOLÁS CABALLERO, Muito obrigado, Thomas. Alguma pergunta? Antes de passar a
PRESIDENTE DO GAC palavra para Tomslin. Para quem? A Comissão Europeia.

GEMMA CAROLILLO Muito obrigada. Obrigada, Nico. Gemma Carolillo, da Comissão Europeia. Em primeiro lugar, sobre as Solicitações Urgentes. Então, nós complementamos uns aos outros. Não vamos nos repetir. E em relação ao trabalho do IRT, eu queria a confirmação do Thomas, se a GNSO tem uma posição definitiva sobre o que está acontecendo em termos de autenticação. Nós nos preocupamos com isso. Porque nós sabemos que nós aqui, a GNSO, discutiram longamente com a Diretoria. E acham que a autenticação deve ser parte da implementação. Então, a autenticação...

INTÉRPRETE Perdão, há uma interrupção aqui do áudio.

GEMMA CAROLILLO

... então, o processo de autenticação e IRT deve correr em paralelo.

Então, gostaria de saber se a GNSO tem uma ideia clara do que deve acontecer. Isso nos preocupa. Então, como sair desse impasse, impasse é o primeiro ponto.

E quanto à jurisdição, agradeço por trazer esse tema. Na Comissão Europeia, você sabe, sabemos muito o que está acontecendo com o Conselho de Proteção de Dados, os relatórios e posições. Mas isso leva, isso envolve todo o tipo de solicitação.

Nós não achamos que uma política da ICANN poderia resolver os detalhes dessa questão de jurisdição transfronteiras. Isso não seria aplicável em diferentes jurisdições. Porque nós achamos que poderia resolver essas questões tão complicadas. Então, o Conselho de Proteção de Dados da Europa fala desses acordos internacionais, inclusive a Convenção de Budapeste, que poderia, então, facilitar essa colaboração. É claro que não abrange todos os países do mundo.

THOMAS RICKERT

Obrigado, Gemma. E quando disseram que estavam nas mãos da GNSO, bom, está em mãos que são capazes. Bom, embora não haja uma opinião do Conselho da GNSO sobre, se a parte da autenticação tem a ver com a política e a implementação, é uma mudança, uma modificação no documento que está aberto agora, a Comentário Público, se fez uma alteração no último momento.

Então, outra implementação, se diz aqui que foi inserida dois ou três dias antes de que se abrissem os Comentários Públicos para o documento. Então, nesse momento, não se mandou um comentário geral. Mas não havia tempo para fazer uma deliberação apropriada dentro do Conselho. E por isso se adicionou essa nota. E o Conselho vai tomar, vai formar uma opinião a respeito disso e vai enviar depois para o GAC.

Quanto à jurisdição, o motivo pelo qual nós colocamos isso é, primeiro, porque aqueles que estão lendo os dados de política de registo e aquilo que tem a ver com a inserção de Pedidos Urgentes, mas também considerações de jurisdição, o que eu acho legitimamente é que se essa política está implementada pelas autoridades, das autoridades da questão da lei, bom, temos uma discussão. Temos essa mesma discussão dentro do RDRS. E há muitas partes interessadas dentro do grupo, e vocês são os especialistas. Então, imaginem aquelas pessoas, que não estão familiarizadas com isso, quando lerem, vão pensar que vão fazer um pedido e vão receber uma resposta afirmativa. Então, temos que ser transparentes. Isso é importante.

Quais as possibilidades para as partes contratadas? O que pode conseguir a comunidade da ICANN com essa geração de políticas? Onde podem existir problemas de jurisdição que às vezes pode resolver a ICANN?

Mas nós achamos que o GAC e o PSWG podem cumprir uma função muito importante nessa discussão. Porque também para ajudar a

que todos naveguemos nessa selva de diferentes regras aplicadas em diferentes partes do mundo e diferentes partes contratadas. É um convite, para que vocês iniciem a discussão, a qual nós nos uniríamos com muito prazer e para poder facilitar esse tema das complexidades de jurisdição.

NICOLÁS CABALLERO, PRESIDENTE DO GAC Muito obrigado, Thomas. Tenho dois pedidos de palavra. Uma de Essuatíni e o outro, da Índia. Essuatíni.

ANDREAS DLAMINI Tenho uma pergunta sobre o aspecto de jurisdições, que o senhor mencionou na sua apresentação. Eu me pergunto se a ICANN talvez esteja se afastando das responsabilidades, quando tem a ver com o contrato assinado com as partes contratadas, no que diz respeito de oferecer os dados às autoridades responsáveis da aplicação da lei. Porque isso vai depender das leis de cada um dos países.

A questão é se é um país em desenvolvimento, que procura ou está em busca de informações, sobre um registrador em um país desenvolvido. Existe uma desigualdade, que surge de ser um país em desenvolvimento em um país desenvolvido. Um país em desenvolvimento e outro desenvolvido. Talvez não levem muito em conta se é de um país pequeno para um país maior.

Então, sofre nesse sentido, a autoridade encarregada da aplicação da lei. Ao passo que, se isso tivesse que ser cumprido pelo contrato com a ICANN, a parte contratada deveria ter a obrigação de dar

essa informação. Isso seria melhor? E acho que resolveria os temas de jurisdição. Obrigado.

THOMAS RICKERT

Obrigado pela pergunta. Acho que é a pergunta que exemplifica que pode haver uma necessidade para aprofundar nesses assuntos. Do ponto de vista contratual, a ICANN não pode obrigar uma parte contratada a fazer coisas, que não seriam lícitas, conforme a legislação local aplicável ou a legislação dessa jurisdição.

Então, quando temos um procedimento de exceção, existe uma limitação, conforme os padrões da ICANN. Podemos solicitar uma exceção, mas, como princípio geral, isso é aplicado a tudo, quanto faz a ICANN. Então, eu não coincido com o senhor em que a ICANN não está cumprindo com suas obrigações contratuais ou compromissos. É uma realidade que a ICANN e as partes contratadas têm que lidar com essa situação.

Mas suponho que existe a necessidade de achar formas de colaborar com mais eficiência entre as partes contratadas e os organismos encarregados da aplicação da lei. Nem deveria haver diferenças, conforme a origem desse pedido do organismo da lei. O RDRS poderia melhorar se os organismos encarregados da aplicação da lei forem autenticados através do mecanismo no qual está se trabalhando no grupo de trabalho atualmente. Seria mais fácil conseguir uma colaboração.

NICOLÁS CABALLERO, Obrigado, Essuatíni, pela pergunta e Thomas, pela resposta. Passo a palavra para a Índia, por favor. Considerem que temos apenas dez minutos.

SUSHIL PAL Muito obrigado. Parabenizo a GNSO por chegar a esse acordo de ter um prazo de 24 horas, embora tenha levado dois anos chegar a essa instância. Pensamos em que se deve voltar para o governo. Se disserem que são 24 horas, bom, o tema é operacional, porque não há um mecanismo de operação.

E, no que diz respeito ao RDRS, segundo a sua opção, talvez seria interessante considerar, que esse pedido se execute na plataforma do RDRS. De forma contrária, se espera que o governo envie esse pedido a milhares de registradores. Isso destaca o quanto é necessário o RDRS. Não podemos eliminá-lo não só pelo propósito de compartilhar a informação, mas também pela necessidade de gerenciar esses Pedidos Urgentes de informação.

SEBASTIEN DUCOS Nunca esteve previsto que o RDRS gerenciasse os Pedidos Urgentes de informação. É possível que formulemos alguma política nesse sentido e consideremos também incorporar o PSWG para esse tipo de solicitação.

SUSHIL PAL Bom, mas faz parte do plano. Estou... basicamente, tem a ver com os detalhes, é a mesma solicitação, mas vem com outra urgência.

SEBASTIEN DUCOS Como falamos com o PSWG, como gerenciamos esses Pedidos Urgentes, se decidiu que o RDRS, no seu estado atual, não era adequado para esse tipo de gestão.

NICOLÁS CABALLERO, Obrigado aos dois. Estados Unidos tem a palavra.
PRESIDENTE DO GAC

GABRIEL ANDREWS Estão me ouvindo?

NICOLÁS CABALLERO, Não totalmente, pode aumentar o volume?
PRESIDENTE DO GAC

GABRIEL ANDREWS Estava esclarecendo no chat sobre os mecanismos de identificação de organismos encarregados da aplicação da lei. Tem mais a ver com o uso de portais aspiracionais ou existentes.

Estamos esperando que esses portais possam se conectar ao RDRS e que se faça uma espécie de triagem para delegar as consultas aos

titulares dos dados que correspondam. Tudo está sendo planejado, ainda não está implementado.

Talvez poderíamos considerar que o RDRS seja capaz de gerenciar esses Pedidos Urgentes de informação. Mas isso faz parte de uma discussão ainda maior sobre esse mecanismo.

NICOLÁS CABALLERO, Obrigado pelo comentário, Estados Unidos. Alguém quer adicionar mais alguma coisa? Estamos bem, muito bem. Fica aberto o microfone para comentários ou perguntas. Não estou vendo mão levantada. Ah, Tomslin.

PRESIDENTE DO GAC

TOMSLIN SAMME-NLAR Obrigado, Nico. Vamos passar para o próximo assunto, que tem a ver com exatidão. Então, passo a palavra para o Paul.

PAUL MCGRADY Obrigado, Tom. Eu vou estar mais para frente com vocês. Agora temos pouco tempo. Vou fazer alguns comentários rapidamente, para que saibam em que situação nos encontramos, porque há outros assuntos a tratar.

NICOLÁS CABALLERO, Não se apresse, tem 15 minutos.

PRESIDENTE DO GAC

PAUL MCGRADY

Ah, desculpe. Pensei que tinha 5 ou que eram 10 no total. Então, vou falar muito lento. Estou tentando ser flexível e me adaptar.

Então, falávamos da exatidão e resultados da Equipe Reduzida sobre a Exatidão do Conselho. E as perguntas que tivemos do GAC com relação as recomendações 1 a 3.

Na recomendação 1 tem a ver com a verificação dos dados do registratários e velocidade com que se faz essa verificação. Houve indícios e estudos que mostram, que quanto mais rápido forem feitos, menor será a quantidade de registros ou registros maliciosos. Com relação a isso, a Equipe Reduzida sobre a Exatidão pensou que era uma ideia muito importante. E aqui mandou as recomendações para o Conselho, indicando que era necessário um maior estudo. Porque consideramos que isso está muito vinculado com os nomes maliciosos e o uso indevido do DNS. Por isso, esse tema foi enviado para o Grupo Reduzido, para que aborde, que trate.

E não quero dizer qual vai ser o resultado desse processo, mas ficaria surpreso se não fosse um dos temas, que fique no final, para ter em conta os Processos de Desenvolvimento de Política sobre o uso indevido do DNS. Como sabem, existe uma sessão que foi feita hoje sobre dois assuntos importantes para o Conselho com relação aos PDPs, o acesso através de API para registros maciça.

Acho que já não se fala granel ou maciça, se usa outro termo agora, eu acho. E esse assunto não estava nessa lista, mas sim está no nosso processo. E está se encaminhando e é como uma ideia

bastante grande. Então, acho que não perdemos o ponto de vista, quero dizer isso para o GAC. Estamos trabalhando para chegar a uma conclusão.

O segundo assunto tem a ver com a recomendação 3, que são materiais educacionais consultados não só para aqueles que estão dentro da ICANN, mas para os registratários que falam da importância de manter a exatidão dos dados de registo e a segurança desses dados, e como a ICANN garante a segurança.

Estamos no processo de começar a trabalhar nesses aspectos, mas temos um salto para frente, importante. E quando as partes contratadas pedem ao pessoal, que os ajude a iniciar esse processo e o pessoal já começou a desenvolver documentos de uma página, muito úteis, e vemos que está se avançando com o trabalho da Equipe Reduzida sobre a Exatidão.

Depois temos o outro assunto da recomendação 4. Acabamos com a exatidão? Não, ainda não, mas entendemos essas tarefas na recomendação 4. A Equipe de Exatidão reconhece que o trabalho vai continuar dentro do Conselho e que não vamos finalizar até que ele não acabe e vamos avançar com aquelas coisas, que podemos avançar. Então, esses três minutos deixo para vocês, para que me perguntem e sejam amáveis.

NICOLÁS CABALLERO, Alguma pergunta para o Paul? Os Estados Unidos.
PRESIDENTE DO GAC

OWEN FLETCHER

Fala, Owen Fletcher, dos Estados Unidos, vice-representante dos Estados Unidos. Agradecemos o apoio da GNSO, para que o GAC tenha expressado o interesse de ver esse prazo de 15 dias para as etapas de validação.

Além disso, agradeço a atualização sobre o Pequeno Grupo da Recomendação 4, sobre o que acontece com o Grupo de Definição de Escopo de Exatidão. Achamos que a comunidade da ICANN deve ter um fórum ativo sobre essa questão da exatidão e incluir outros membros, inclusive o GAC. Nós vamos ver como o Pequeno Grupo está funcionando e como utilizar as contribuições.

NICOLÁS CABALLERO, Comissão Europeia.
PRESIDENTE DO GAC

MARTINA BARBERO

Martina Barbera, da Comissão Europeia. Além de apoiar o que o meu colega disse, o colega dos Estados Unidos, agradeço sobre os próximos passos sobre as recomendações, a recomendação número 1. E agradecemos a GNSO, por ver como podemos juntos contribuir para trazer esse tema tão importante para o GAC.

NICOLÁS CABALLERO, Índia.
PRESIDENTE DO GAC

SUSHIL PAL

Eu elogio esse trabalho construtivo. Eu acho que nós devemos olhar simultaneamente, além da redução do prazo, a exatidão deve ser determinada antes de que um domínio se torne ativo. Muito obrigada.

NICOLÁS CABALLERO,
PRESIDENTE DO GAC

Muito obrigado. Com isso, eu passo a palavra à Tomslin.

TOMSLIN SAMME-NLAR

Sobre a questão do abuso do DNS, eu vou passar para a Jen.

JENNIFER CHUNG

Muito obrigada. Eu acho que a nossa sessão de 90 minutos foi muito produtiva, em que toda a comunidade falou sobre... deu a sua opinião sobre o relatório preliminar.

Nós agradecemos o envolvimento contínuo, especialmente de membros do GAC, para esse tema tão importante.

O pessoal está preparando um resumo dos Comentários Públicos, que são compilados e analisados. Falando um pouco da sessão hoje de manhã, tínhamos membros do GAC e um colega do PSWG. Foi uma excelente discussão com a comunidade. Também houve contribuições por escrito, com apoio para haver a elaboração de políticas sobre temas prioritários.

Alguns têm o potencial de reduzir imediatamente o abuso do DNS e continuar a explorar o algoritmo, a continuar a exploração sobre as diversas opiniões e posições sobre a geração de sites. Discutimos os processos paralelos, como os recursos podem ser melhor utilizados, como fazer com que as coisas funcionem de forma fluída, sem deixar de lado etapas importantes.

Também houve comentários sobre outras questões, especialmente a recomendação 4. O que as OAs e CCs consideram prioridades? Um dos casos é a verificação de dados de contato e também o mecanismo de recursos.

Depois da publicação do relatório, vamos publicar um relatório dos problemas identificados. E vamos levar em conta todas as contribuições recebidas por escrito, recebidas esta manhã.

Voltando a isto, tivemos várias pesquisas para analisar o que a comunidade acha, especialmente em relação à formulação da carta de princípios ou dos estatutos do PDP. O Conselho então, deve considerar que o pessoal preparou um relatório de problemas e todos terão oportunidade de levar em conta isso.

Então, o relatório de problemas não é fazer recomendações, mas elencar as possibilidades. Quais são os... se essas políticas devem entrar com uma cláusula contratual ou pode ser lidado através de melhores práticas. Quanto a os outros problemas, o Pequeno Grupo de Abusos do DNS fez uma recomendação ao Conselho da GNSO, propôs, então, um possível processo de PDP. E eu vou, então, encerrar aqui e passo para o Nico.

NICOLÁS CABALLERO, Isso foi muito rápido e bem direto. Estados Unidos pediu a palavra.
PRESIDENTE DO GAC

SUSAN CHALMERS Além dos itens na tela, outra coisa que esse Pequeno Grupo de Abuso do DNS... foram relatórios de um cronograma acelerado. E aplicamos, então, a decisão do Conselho de seguir para um PDP de abuso do DNS.

NICOLÁS CABALLERO, Mais alguém? Aqui na sala, além de quem está fazendo o barulho, PRESIDENTE DO GAC aí no fundo. Então, Tomslin, é com você.

TOMSLIN SAMME-NLAR Eu agradeço, Nico. Eu acho que isso encerra as perguntas do GAC e a GNSO tem perguntas para o GAC. E a pergunta, como os direitos humanos é uma parte essencial do nosso trabalho. Nós gostaríamos de saber dos colegas do GAC, como vocês operacionalizam esse compromisso com direitos? E queríamos saber de vocês, como é que vocês fazem essa elaboração de políticas relacionadas a direitos humanos?

NICOLÁS CABALLERO, O microfone está aberto.
PRESIDENTE DO GAC

MARCO HOGEWONING

Eu sei que temos uma outra sessão.

SEBASTIEN DUCOS

Eu tenho uma sugestão. Nós estamos fazendo uma pergunta sobre os procedimentos e a operacionalização. Vocês podiam responder por escrito? Eu acho que o pessoal poderia fazer isso.

NICOLÁS CABALLERO,
PRESIDENTE DO GAC

É uma excelente ideia. Temos duas... A Suíça e a Índia pedindo a palavra.

JORGE CANCIO

Muito obrigado, Nico. Quanto a essa questão, para não deixar sem nenhuma resposta na discussão com o NCSG, nós ainda não temos uma resposta nesse momento.

Mas o Grupo de Trabalho de Legislação Internacional e eu, como ex-copresidente do Grupo de Direitos Humanos e Direito Internacional, eu acho muito bom que essa avaliação de impacto dos direitos humanos seja incluída pela primeira vez nos próximos PDPs. E isso tem a ver com a conclusão das discussões do GAC há cinco anos.

Eu me lembro, na reunião de Montreal, nós concluímos que a melhor forma de avançar é não ter essa avaliação dos impactos sobre os direitos humanos em diferentes momentos. Essa é uma

tarefa muito importante. Mas deve ser incluída nos diferentes PDPs, pelas diferentes OAs, especialmente da GNSO.

Mas eu vou deixar para que os vice-presidentes e copresidentes desse grupo de trabalho respondam isso.

NICOLÁS CABALLERO, Eu tenho Canadá e preciso encerrar.
PRESIDENTE DO GAC

DAVID BEDARD

Eu gostaria de destacar a importância do reconhecimento pelo GAC, da importância do equilíbrio, da segurança pública e direitos humanos. Então, eu acho que os impactos sobre os direitos humanos devem ser considerados já no início de qualquer PDP.

NICOLÁS CABALLERO, Agradeço ao Canadá. Agradeço ao Conselho da GNSO. Desculpem
PRESIDENTE DO GAC por termos nos atrasados. Agradeço a todos os membros da mesa e aos membros da GNSO presentes. E está lá o Paul, lá atrás, desculpa que eu não o mencionei.

Agradeço, então, e vamos continuar a conversar entre as reuniões da ICANN. Essa sessão está encerrada. Teremos um *coffee break* de 25 minutos só e teremos, então, uma sessão com a ASO.

[FIM DA TRANSCRIÇÃO]